Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, "mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito". Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre "A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI". Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina , (4) ensino jurídico, (5) justiça de

transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Dirteito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Claudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont'Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o dialogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ , Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianopólis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

Prefácio

Esse livro eletrônico só foi possível devido aos trabalhos intelectuais apresentados pelos professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito pelo Brasil, expostos no XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado entre os dias 05 a 08 de novembro de 2014, na acolhedora cidade de João Pessoa/PB. Uma das marcas registradas do Congresso foi o retorno do Grupo de Estudo de Direito Econômico, infelizmente desaparecido dos eventos do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito desde 2009, há cinco anos.

Nada mais salutar o retorno do referido GT no Estado da Paraíba, um dos centros nacionais do Direito Econômico, onde a disciplina é pesquisada e difundida por intermédio da Universidade Federal da Paraíba e do Centro Universitário de João Pessoa. Assim sendo, em consonância com as disciplinas adotadas e linhas de pesquisas existentes nos Programas de Pós-Graduação em Direito no Brasil, o Grupo de Estudo resurgiu com o título: Direito Econômico, Energia e Desenvolvimento.

Foram selecionados, previamente, pelos avaliadores do CONPEDI 25 artigos, mas somente 23 compareceram ao Congresso para apresenta-los, ora publicados, cabendo à coordenação das atividades aos signatários desse Prefácio.

Diferente do GT de Direito e Economia, os trabalhos apresentados tiveram maior sintonia entre si e esmero com os contornos teóricos do Direito Econômico. Foram horas de exposições orais e debates, na tarde e noite do dia 06 de novembro, repartidas em três blocos temáticos (divisão igualmente usada na obra), digo, Direito ao Desenvolvimento, Direito de Energia e Direito Econômico Geral. Apesar de alguns trabalhos utilizarem os pressupostos teóricos da Escola da Análise Econômica do Direito, diversos artigos não trilharam tal caminho, usando outras linhas de raciocínio jurídico, mostrando a decadência parcial daquela entre os estudiosos brasileiros após a crise econômica de 2008 e das consequências nefastas do neoliberalismo de regulação.

O nexo de convergência principal dos trabalhos foi às políticas de desenvolvimento que devem resultar na efetivação da Constituição brasileira de 1988, inclusive dos comandos da Ordem Econômica.

No primeiro bloco de artigo, Direito ao Desenvolvimento, tivemos pesquisas sobre: as políticas econômicas e sociais de desenvolvimento voltadas à erradicação da miséria e da pobreza via Bolsa Família; a diferenciação entre crescimento modernizante e desenvolvimento; o desenvolvimento regional e a indução das microempresas e empresas de pequeno porte por intermédios das compras públicas locais; a difícil combinação entre a soberania nacional e o comercio internacional; os programas de energias renovável objetivando o desenvolvimento sustentável.

Já no segundo bloco, ou seja, Direito de Energia, foram apresentados trabalhos sobre: a exploração do petróleo no pré-sal, seus marcos legais, a complexa partilha dos seus Royalties e seus efeitos positivos e negativos na perversa e desigual realidade brasileira; o uso da polêmica energia nuclear voltada ao desenvolvimento nacional; o aproveitamento de minas abandonadas na geração de energia geotérmica no Brasil contribuindo com a sustentabilidade; as matrizes enérgicas brasileiras (virada energética) e os obstáculos ao processo produtivo e aos avanços sociais; etc.

Por fim, o último bloco temático, Direito Econômico Geral, tivemos artigos versando sobre: a restrita concretude do Direito a moradia no Brasil em face dos limites e bloqueios das políticas de planejamento urbano; as políticas econômicas de financiamento da infraestrutura nacional e o eterno discurso privatista; a importância da remessa de valores dos migrantes brasileiros no desenvolvimento da Nação; a centralidade da tutela jurídica da água enquanto bem público e crucial a economia e a vida humana; a política econômica europeia de austeridade inviabilizando direitos, sonhos e liberdades; o papel das moedas sociais brasileiras no combate a pobreza e na democratização dos bens.

Um abraço fraterno dos coordenadores do GT

15 de dezembro de 2014.

Profª. Drª. Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa *(*UFPB)

Prof. Dr. Yanko Marcius de Alencar Xavier *(UFRN*)

Prof. Dr. Giovani Clark (PUC Minas e UFMG)